

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA GIRA RENDA EM
PARAUPEBAS (PA)**

**INCOME TRANSFER AND TERRITORIAL DEVELOPMENT:
SOCIOECONOMIC IMPACTS OF THE GIRA RENDA PROGRAM IN
PARAUPEBAS (PA), BRAZIL**

**TRANSFERENCIA DE INGRESOS Y DESARROLLO TERRITORIAL:
IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS DEL PROGRAMA GIRA RENDA EN
PARAUPEBAS (PA), BRASIL**

 10.56238/revgeov17n4-034

Rian Vitor Dias da Silva

Graduado em Administração

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail: rianvitor0079@gmail.com

Elizabeth Maria da Silva

Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Instituição: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail: Elizabethete.silva@ufra.edu.br

Suely Guilherme

Graduada em Sociologia

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Prefeitura Municipal de Parauapebas

E-mail: suelyguilherme@yahoo.com.br

Gabriella Vitorino Gruimarães

Doutora em Engenharia de Transportes

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Semi-Árido

E-mail: gabriella.vitorino@ufersa.edu.br

Leônidas Pompeu Leão Velloso

Doutor em Economia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail: leonidas.veloso@ufra.edu.br

Cláudio Roberto Rodrigues Cruz

Doutor em Sociologia

Instituição: Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Fadesa)

E-mail: rodrig.cruz@hotmail.com



Marco Antonio Moya Rosas

Doutor em Matemática

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail: marco.moya@ufra.edu.br

Milena Vieira Sousa

Mestranda em psicologia clínica e da saúde

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Faculdade Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA)

E-mail: milenavieirasousa@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os impactos sociais e econômicos do Programa Gira Renda no município de Parauapebas (PA) e discute sua contribuição para o desenvolvimento territorial amazônico. A pesquisa possui abordagem qualitativa e descritiva, baseada na realização de entrevista semiestruturada com gestor do programa e na aplicação de questionários a beneficiários da política pública. O estudo buscou compreender tanto os efeitos sociais diretos da transferência de renda quanto seus impactos indiretos na economia local. Os resultados indicam que o programa contribuiu para reduzir a vulnerabilidade social das famílias beneficiárias, ampliar o acesso à alimentação e fortalecer a segurança alimentar. Além disso, a utilização do benefício em estabelecimentos comerciais do próprio município estimulou a circulação de renda no território, contribuindo para dinamizar o comércio local e fortalecer os pequenos negócios. A análise também evidencia a predominância de mulheres entre os beneficiários, reforçando o papel das políticas de transferência de renda na mitigação da feminização da pobreza. Entretanto, o baixo valor do benefício e a ausência de políticas complementares voltadas à inclusão produtiva limitam seu potencial de transformação estrutural. Conclui-se que programas de transferência de renda podem contribuir para o desenvolvimento territorial quando articulados a estratégias de economia solidária, qualificação profissional e fortalecimento das economias locais.

Palavras-chave: Transferência de Renda. Desenvolvimento Territorial. Economia Solidária. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the social and economic impacts of the Gira Renda Program in the municipality of Parauapebas (PA), Brazil, and discusses its contribution to Amazonian territorial development. The study adopts a qualitative and descriptive approach based on semi-structured interviews with a program manager and questionnaires applied to beneficiaries of public policy. The research aimed to understand both the direct social effects of income transfer policies and their indirect impacts on the local economy. The results indicate that the program contributed to reducing social vulnerability among beneficiary families, improving access to food, and strengthening food security. Furthermore, the use of the benefit in local commercial establishments stimulated the circulation of income within the municipality, contributing to the dynamization of local commerce and supporting small businesses. The analysis also highlights the predominance of women among beneficiaries, reinforcing the role of income transfer programs in addressing the feminization of poverty. However, the low monetary value of the benefit and the absence of complementary productive inclusion policies limit the program's potential for structural transformation. The findings suggest that income transfer policies may

contribute to territorial development when articulated with solidarity economic initiatives, professional qualification programs, and strategies aimed at strengthening local economies.

Keywords: Income Transfer. Territorial Development. Solidarity Economy. Public Policy.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos sociales y económicos del Programa Gira Renda en el municipio de Parauapebas (PA), Brasil, y discute su contribución al desarrollo territorial amazónico. La investigación adopta un enfoque cualitativo y descriptivo basado en la realización de una entrevista semiestructurada con un gestor del programa y en la aplicación de cuestionarios a beneficiarios de la política pública. El estudio buscó comprender tanto los efectos sociales directos de la transferencia de ingresos como sus impactos indirectos en la economía local. Los resultados indican que el programa contribuyó a reducir la vulnerabilidad social de las familias beneficiarias, ampliar el acceso a la alimentación y fortalecer la seguridad alimentaria. Además, el uso del beneficio en establecimientos comerciales del propio municipio estimuló la circulación de ingresos dentro del territorio, contribuyendo a dinamizar el comercio local y fortalecer pequeños negocios. El análisis también evidencia la predominancia de mujeres entre los beneficiarios, lo que refuerza el papel de las políticas de transferencia de ingresos en la mitigación de la feminización de la pobreza. Sin embargo, el bajo valor del beneficio y la ausencia de políticas complementarias de inclusión productiva limitan su potencial de transformación estructural. Se concluye que las políticas de transferencia de ingresos pueden contribuir al desarrollo territorial cuando se articulan con estrategias de economía solidaria, capacitación profesional y fortalecimiento de las economías locales.

Palabras clave: Transferencia de Ingresos. Desarrollo Territorial. Economía Solidaria. Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

A persistência de desigualdades sociais e territoriais constitui um dos principais desafios das políticas públicas no Brasil contemporâneo. Embora o país tenha registrado avanços importantes na redução da pobreza nas últimas décadas, ainda existem fortes disparidades socioeconômicas entre regiões e municípios (Souza; Osório; Soares, 2019). Nesse contexto, programas de transferência de renda tornaram-se instrumentos relevantes de proteção social. Essas políticas buscam garantir condições mínimas de subsistência para populações em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, a ampliação das políticas de transferência de renda ganhou destaque a partir dos anos 2000, especialmente com a implementação do Programa Bolsa Família. Segundo Lavinias (2019), tais políticas contribuíram para reduzir a pobreza extrema e ampliar o acesso a bens e serviços essenciais. Além dos efeitos sociais diretos, estudos indicam que programas de transferência de renda podem gerar impactos econômicos indiretos. Ao ampliar a renda das famílias beneficiárias, ocorre aumento do consumo local e estímulo às economias territoriais (Gerard; Naritomi; Silva, 2021).

Esses efeitos podem ser analisados a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial. Diferentemente das abordagens tradicionais de desenvolvimento econômico, essa perspectiva considera o território como espaço de interação entre atores sociais, instituições e atividades produtivas. Nesse sentido, políticas públicas podem contribuir para fortalecer economias locais e reduzir desigualdades regionais (Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2020).

No contexto amazônico, essa discussão assume relevância particular. Municípios que apresentam elevado dinamismo econômico associado à exploração de recursos naturais frequentemente convivem com desigualdades sociais persistentes. Esse fenômeno é comum em municípios mineradores da Amazônia brasileira. Nesses territórios, a expansão da mineração gera crescimento econômico significativo, mas nem sempre promove melhorias proporcionais nas condições de vida da população (Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2020).

O município de Parauapebas, localizado no sudeste do estado do Pará, representa um caso emblemático dessa dinâmica. A presença do complexo minerador de Carajás transformou o município em um importante polo de produção mineral. Essa atividade gerou forte crescimento econômico e aumento da arrecadação municipal. Entretanto, esse processo também foi acompanhado por desafios sociais relevantes. Entre eles destacam-se a expansão urbana acelerada e a persistência de bolsões de pobreza em áreas periféricas (Costa; Jesus, 2020).

Nesse cenário, políticas públicas municipais voltadas à redução da vulnerabilidade social tornam-se fundamentais. Entre essas iniciativas destaca-se o Programa Gira Renda. Trata-se de uma política pública municipal voltada à transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza. O objetivo principal do programa é ampliar a segurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade econômica.



Além de seus impactos sociais diretos, o programa apresenta características que permitem analisá-lo sob a perspectiva do desenvolvimento territorial. O benefício deve ser utilizado em estabelecimentos comerciais cadastrados no próprio município. Dessa forma, a política estimula a circulação de renda no território e fortalece pequenos negócios locais. Esse mecanismo aproxima o programa de experiências relacionadas à economia solidária e às finanças territoriais (Singer, 2018; Moraes; Costa, 2021).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e econômicos do Programa Gira Renda no município de Parauapebas (PA). Para isso, aplicaram-se um questionário estruturado aos beneficiários e uma entrevista semiestruturada com o gestor do programa. Além disso, foi realizada análise documental de materiais institucionais relacionados ao Programa Gira Renda. Com esse trabalho, busca-se discutir como essa política pública contribui para o desenvolvimento territorial amazônico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E REDUÇÃO DA POBREZA

As políticas de transferência de renda têm sido amplamente utilizadas como instrumentos de combate à pobreza e redução das desigualdades sociais em diversos países. Essas políticas consistem na transferência direta de recursos financeiros para famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de garantir condições mínimas de subsistência e ampliar o acesso a bens e serviços essenciais. Segundo Lavinias (2019), programas de transferência de renda tornaram-se componentes centrais dos sistemas contemporâneos de proteção social, especialmente em países marcados por elevados níveis de desigualdade socioeconômica.

No Brasil, essas políticas ganharam maior relevância a partir dos anos 2000, com a implementação de programas voltados à transferência direta de renda para famílias de baixa renda. Souza, Osório e Soares (2019) destacam que a expansão desses programas contribuiu significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no país. Além disso, tais políticas também ampliaram o acesso a serviços públicos básicos, como educação e saúde, contribuindo para melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis.

Outro aspecto importante refere-se ao impacto dessas políticas sobre as condições de alimentação das famílias beneficiárias. Estudos indicam que programas de transferência de renda contribuem para reduzir a insegurança alimentar e melhorar as condições nutricionais das populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Mattei (2019) argumenta que a transferência direta de recursos permite ampliar o consumo de alimentos e garantir maior segurança alimentar para as famílias beneficiárias.



Além dos impactos sociais diretos, pesquisas recentes indicam que programas de transferência de renda também podem gerar efeitos econômicos indiretos. Ao ampliar a renda disponível das famílias beneficiárias, ocorre aumento do consumo local e estímulo a atividades comerciais e serviços. Gerard, Naritomi e Silva (2021) demonstram que transferências monetárias podem produzir efeitos multiplicadores nas economias locais, contribuindo para dinamizar atividades econômicas de pequeno porte.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de desenvolvimento territorial, conforme Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2020), surge como uma alternativa às abordagens tradicionais de desenvolvimento econômico baseadas exclusivamente em indicadores de crescimento econômico. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é compreendido como um processo multidimensional que envolve aspectos econômicos, sociais, institucionais e espaciais. Para os autores Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2020), território é o espaço de interação entre atores sociais, instituições e atividades produtivas.

Nesse contexto, políticas públicas podem desempenhar papel relevante na promoção do desenvolvimento territorial. Ao estimular atividades econômicas locais e ampliar oportunidades de inclusão social, essas políticas contribuem para reduzir desigualdades regionais e fortalecer economias territoriais. Segundo Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2020), o desenvolvimento territorial depende da capacidade de articulação entre políticas públicas, iniciativas econômicas locais e participação social.

No caso brasileiro, as desigualdades territoriais apresentam forte relação com a concentração de atividades econômicas e com a distribuição desigual de infraestrutura e serviços públicos. Municípios localizados em regiões periféricas ou dependentes de atividades extrativas frequentemente apresentam crescimento econômico acompanhado por desigualdades sociais persistentes. Essa dinâmica reforça a importância de políticas públicas voltadas à promoção de desenvolvimento territorial mais equilibrado (Araújo, 2019).

A literatura destaca que o desenvolvimento territorial envolve processos de construção social e institucional que dependem da participação de diferentes atores locais. Nesse sentido, políticas públicas podem atuar como instrumentos de coordenação e promoção de estratégias de desenvolvimento capazes de fortalecer as capacidades econômicas e sociais dos territórios (Dallabrida, 2020).

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO DE RENDA NO TERRITÓRIO

A economia solidária tem sido apontada como uma estratégia relevante para promover inclusão produtiva e fortalecer economias territoriais. Diferentemente das formas tradicionais de organização



econômica, baseadas na competição e na maximização do lucro, a economia solidária fundamenta-se em princípios de cooperação, autogestão e solidariedade. Singer (2018) destaca que iniciativas de economia solidária podem ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais.

Cooperativas, associações produtivas e redes de economia solidária constituem instrumentos capazes de fortalecer relações econômicas baseadas na cooperação entre os participantes. Segundo Moraes e Costa (2021), essas iniciativas contribuem para fortalecer circuitos econômicos territoriais e ampliar oportunidades de inclusão produtiva em comunidades locais.

Outro aspecto importante refere-se à circulação de renda dentro do próprio território. Experiências de economia solidária frequentemente buscam estimular o consumo em estabelecimentos locais, reduzindo a dependência de fluxos econômicos externos. Nesse sentido, França Filho e Laville (2020) argumentam que a circulação local de recursos constitui elemento central para o fortalecimento de economias territoriais e para a promoção de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Nesse contexto, a articulação entre políticas de transferência de renda e iniciativas de economia solidária pode ampliar os impactos dessas políticas sobre o desenvolvimento territorial. Ao estimular o consumo em estabelecimentos locais e fortalecer redes econômicas comunitárias, essas políticas contribuem para dinamizar economias territoriais e ampliar oportunidades de inclusão produtiva (Moraes; Costa, 2021).

2.4 MINERAÇÃO, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

No contexto amazônico, a relação entre crescimento econômico e desigualdade social apresenta características específicas. Municípios que apresentam forte dinamismo econômico associado à exploração de recursos naturais frequentemente convivem com desigualdades sociais persistentes. Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2020) destacam que municípios dependentes de atividades extrativas tendem a apresentar elevado crescimento econômico acompanhado por fragilidade na estrutura produtiva local.

A expansão da mineração na Amazônia brasileira gerou crescimento econômico significativo em diversos municípios, especialmente aqueles localizados em áreas de exploração mineral. Entretanto, esse crescimento nem sempre foi acompanhado por melhorias proporcionais nas condições de vida da população local. Segundo Costa e Jesus (2020), municípios mineradores frequentemente apresentam desigualdades sociais significativas, associadas à concentração de renda e à dependência de atividades extrativas

Esse fenômeno também tem sido descrito na literatura como um modelo de desenvolvimento baseado em enclaves econômicos, no qual atividades extrativas geram grande volume de riqueza com reduzidos encadeamentos produtivos locais. Como resultado, o crescimento econômico pode coexistir



com elevados níveis de pobreza e desigualdade social nos territórios mineradores (Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2020).

Nesse cenário, políticas públicas voltadas à redução da vulnerabilidade social tornam-se fundamentais. Programas de transferência de renda podem contribuir para reduzir desigualdades sociais e estimular a circulação de recursos na economia local. Gerard, Naritomi e Silva (2021) destacam que a ampliação da renda das famílias beneficiárias tende a estimular o consumo local, fortalecendo pequenos estabelecimentos comerciais e dinamizando economias territoriais.

Dessa forma, políticas de transferência de renda podem contribuir para processos mais amplos de desenvolvimento territorial, especialmente quando articuladas a estratégias de inclusão produtiva, economia solidária e fortalecimento de economias locais (Morais; Costa, 2021).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2019), pesquisas descritivas têm como objetivo analisar características de determinado fenômeno ou população, buscando compreender relações e padrões presentes na realidade investigada. Neste estudo, buscou-se analisar os impactos sociais e econômicos do Programa Gira Renda no município de Parauapebas (PA) e discutir sua contribuição para o desenvolvimento territorial.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir compreender percepções, experiências e interpretações dos sujeitos envolvidos na política pública analisada. Segundo Minayo (2021), a pesquisa qualitativa possibilita investigar fenômenos sociais complexos a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências. Dessa forma, esse tipo de abordagem mostra-se adequado para analisar políticas públicas e seus efeitos sobre as condições de vida da população.

A pesquisa foi realizada no município de Parauapebas, localizado no sudeste do estado do Pará, região caracterizada por forte dinamismo econômico associado à atividade mineradora. Apesar do crescimento econômico observado nas últimas décadas, o município apresenta importantes desafios relacionados à desigualdade social e à vulnerabilidade econômica de parcelas da população.

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos principais: questionário estruturado aplicado aos beneficiários e entrevista semiestruturada com gestor do programa. O trabalho de campo foi realizado no ano de 2025, com a aplicação dos questionários entre os meses de março e abril. A população da amostra foi composta por beneficiários do programa Gira Renda e a seleção dos participantes ocorreu de forma não probabilística, considerando a disponibilidade e o acesso aos respondentes.



O questionário buscou identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários, bem como compreender de que maneira o benefício recebido contribuiu para melhorar suas condições de vida. Foi coletado um total de 20 respostas. Já a entrevista teve como objetivo compreender aspectos institucionais relacionados à implementação do programa, incluindo seus objetivos, funcionamento e desafios

Além da coleta de dados primários, também foi realizada análise documental de materiais institucionais relacionados ao Programa Gira Renda, incluindo legislação municipal, relatórios institucionais e informações disponibilizadas por órgãos públicos. A análise documental permite complementar as informações obtidas por meio das entrevistas e questionários, contribuindo para ampliar a compreensão do fenômeno investigado (Gil, 2019).

Os dados obtidos por meio dos questionários e entrevistas foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de análise das comunicações, permitindo identificar categorias e padrões presentes nos dados coletados. Neste estudo, as informações foram organizadas em categorias analíticas relacionadas ao perfil socioeconômico dos beneficiários, aos impactos sociais do programa e aos efeitos econômicos territoriais associados à política pública.

Durante o processo de elaboração do manuscrito, foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI) como apoio à revisão textual, organização estrutural do texto e aprimoramento da redação acadêmica. O uso da ferramenta ocorreu exclusivamente como recurso auxiliar de escrita, não sendo empregado para a análise dos dados empíricos da pesquisa nem para a formulação dos resultados apresentados no estudo.

A interpretação dos dados, a construção das categorias analíticas e as conclusões da pesquisa foram realizadas integralmente pelos autores, garantindo a responsabilidade acadêmica sobre o conteúdo científico do trabalho. O uso da ferramenta seguiu princípios de transparência e boas práticas na utilização de tecnologias digitais na produção científica.

Por fim, destaca-se que a pesquisa respeitou os princípios éticos relacionados à confidencialidade das informações e à preservação da identidade dos participantes, garantindo que os dados coletados fossem utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários aos beneficiários do Programa Gira Renda e da entrevista realizada com uma ex-gestora do programa. As informações foram organizadas em tabelas analíticas que permitem compreender o perfil socioeconômico dos beneficiários, os impactos sociais do programa e suas possíveis implicações para a dinâmica econômica local.



A discussão dos resultados foi realizada em diálogo com a literatura sobre políticas de transferência de renda, economia solidária e desenvolvimento territorial, buscando interpretar de que maneira a política pública analisada contribuiu para reduzir vulnerabilidades sociais e estimular a circulação de renda no território (Lavinias, 2019; Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2020).

Os dados indicam que o Programa Gira Renda produziu impactos relevantes no cotidiano das famílias beneficiárias. A transferência de renda contribuiu para ampliar o acesso a bens essenciais. Esses resultados são consistentes com estudos que apontam que políticas de transferência de renda atuam como instrumentos de proteção social e de redução de privações econômicas imediatas (Lavinias, 2019; Mattei, 2019).

Além dos efeitos sociais diretos, os resultados sugerem impactos indiretos sobre a economia local. A utilização do benefício em estabelecimentos comerciais cadastrados no município estimulou o consumo local, contribuindo para dinamizar pequenos e médios negócios. Conforme argumentam Gerard, Naritomi e Silva (2021), o aumento da renda disponível das famílias beneficiárias pode gerar efeitos multiplicadores nas economias locais, fortalecendo atividades comerciais e serviços.

Entretanto, os dados também evidenciam limitações estruturais da política pública. O valor relativamente baixo do benefício e a ausência de políticas complementares de inclusão produtiva reduziram o potencial de transformação estrutural do programa. Nesse sentido, diversos autores destacam que programas de transferência de renda apresentam impactos mais duradouros quando articulados a estratégias de qualificação profissional, economia solidária e fortalecimento das economias locais (Singer, 2018; Moraes; Costa, 2021).

A Tabela 1 apresenta uma síntese das principais informações obtidas na entrevista realizada com uma ex-gestora do Programa Gira Renda. A análise do relato permitiu compreender aspectos institucionais relacionados à criação, ao funcionamento e aos impactos do programa no município de Parauapebas. Além disso, a entrevista contribuiu para identificar limitações estruturais e desafios administrativos que influenciaram a implementação da política pública, bem como perspectivas para o aprimoramento de iniciativas futuras voltadas à redução da vulnerabilidade social e ao fortalecimento do desenvolvimento territorial.



Tabela 1 – Tabela síntese das principais informações obtidas na entrevista realizada com a gestora

Categoria de análise	Principais informações da entrevista	Interpretação analítica
Objetivo do programa	O Programa Gira Renda foi criado com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social das famílias de baixa renda em Parauapebas por meio da transferência mensal de recursos financeiros.	A política foi concebida como instrumento de proteção social e combate à pobreza. Programas de transferência de renda são reconhecidos na literatura como mecanismos relevantes de redução da pobreza e de ampliação do acesso a bens e serviços essenciais (Lavinias, 2019; Souza; Osório; Soares, 2019).
Público-alvo	Famílias em situação de vulnerabilidade cadastradas no Cadastro Único, com prioridade para famílias com baixa renda, presença de crianças e pessoas em situação de risco social.	A priorização de famílias vulneráveis está alinhada às estratégias de focalização das políticas de assistência social no Brasil, que buscam direcionar recursos públicos para grupos com maior risco de exclusão social (Silva; Yasbek; Giovanni, 2012).
Valor do benefício	O benefício mensal concedido às famílias era de aproximadamente R\$ 100,00 , disponibilizado por meio de cartão eletrônico para utilização em estabelecimentos comerciais cadastrados no município.	Mesmo benefícios de baixo valor podem contribuir para reduzir privações imediatas e ampliar o acesso a bens essenciais, especialmente em contextos de pobreza e insegurança alimentar (Lavinias, 2019; Mattei, 2019).
Forma de funcionamento	O recurso era utilizado exclusivamente em estabelecimentos comerciais cadastrados no município.	Esse mecanismo estimula a circulação de renda no território e fortalece o comércio local, gerando efeitos multiplicadores na economia local (Gerard; Naritomi; Silva, 2021).
Impactos percebidos pela gestão	A ex-gestora destacou melhorias nas condições de alimentação das famílias e maior movimentação no comércio local.	Programas de transferência de renda tendem a ampliar o consumo das famílias beneficiárias e estimular atividades econômicas locais, contribuindo para dinamizar economias territoriais (Gerard; Naritomi; Silva, 2021; Lavinias, 2019).
Limitações do programa	O valor do benefício foi considerado baixo diante do aumento do custo de vida e das limitações orçamentárias para ampliação do número de beneficiários.	A literatura destaca que políticas de transferência de renda possuem maior impacto quando associadas a outras estratégias de inclusão produtiva e geração de renda (Souza, 2019; Mattei, 2019).
Desafios administrativos	Mudanças administrativas e limitações contratuais afetaram a continuidade do programa.	A fragilidade institucional e a descontinuidade de políticas públicas são fatores frequentemente apontados como obstáculos para a consolidação de estratégias de desenvolvimento territorial (Dallabrida, 2020).
Perspectivas futuras	A ex-gestora destacou a importância da retomada do programa associada a ações de qualificação profissional e inclusão produtiva.	A articulação entre transferência de renda, economia solidária e políticas de inclusão produtiva pode ampliar os impactos dessas políticas sobre o desenvolvimento territorial (Singer, 2018; Moraes; Costa, 2021).

Fonte: Organização dos autores por meio das informações da entrevista realizada com uma ex-gestora do Programa Gira Renda em 2025 (2026)

A Tabela 2 apresenta o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Gira Renda participantes da pesquisa. Os dados indicam predominância de mulheres entre os respondentes, além de baixa renda familiar e elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica.



Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Gira Renda participantes da pesquisa (n = 20)

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Sexo	Feminino	15	75
	Masculino	5	25
Faixa etária	30–39 anos	8	40
	40–49 anos	5	25
	Outras faixas etárias	7	35
Número de filhos	1 filho	4	20
	2 filhos	8	40
	3 filhos	5	25
	4 filhos ou mais	3	15
Tempo de residência em Parauapebas	5 a 10 anos	4	20
	10 a 15 anos	5	25
	15 a 20 anos	7	35
	Mais de 20 anos	4	20
Renda familiar atual	Inferior a 1 salário mínimo	8	40
	1 salário mínimo	10	50
	Até 2 salários mínimos	2	10

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa realizada em 2025 (2026).

Observa-se predominância feminina entre os respondentes (75%), evidenciando o papel das mulheres na gestão da renda familiar e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Em relação à faixa etária, 65% dos participantes encontram-se entre 30 e 49 anos, indicando que o programa atende principalmente pessoas em idade economicamente ativa.

Esse padrão também é observado em programas de transferência de renda em diferentes contextos, nos quais mulheres tendem a ser as principais beneficiárias das políticas sociais (Lavinias, 2019). Segundo Souza, Osório e Soares (2019), a priorização de mulheres em programas de transferência de renda contribui para ampliar a segurança alimentar e melhorar a gestão dos recursos no âmbito familiar.

Quanto à renda familiar, os resultados indicam que 90% dos entrevistados possuem renda igual ou inferior a um salário mínimo, evidenciando um contexto de forte vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário reforça a importância das políticas públicas de transferência de renda como instrumentos de apoio às famílias em situação de pobreza e exclusão social.

4.1 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PROGRAMA

A Tabela 3 apresenta os principais impactos sociais percebidos pelos beneficiários do Programa Gira Renda.



Tabela 3 – Principais impactos sociais percebidos pelos beneficiários do Programa Gira Renda (n = 20)

Impacto percebido	Categoria de resposta	Frequência (n)	Percentual (%)
Melhoria da renda familiar	Sim	11	55
	Parcialmente	6	30
	Não	3	15
Suficiência do valor recebido	Suficiente	8	40
	Parcialmente suficiente	9	45
	Insuficiente	3	15
Percepção de melhoria na comunidade	Sim	11	55
	Não	3	15
	Não souberam avaliar	6	30
Avaliação geral do programa	Ótimo	9	45
	Bom	8	40
	Regular	3	15

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se que 55% dos entrevistados afirmaram ter percebido melhora na renda familiar, enquanto 30% indicaram melhora parcial e apenas 15% não identificaram mudanças significativas. Esse resultado confirma a importância dos programas de transferência de renda como instrumentos de alívio imediato da pobreza, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Segundo Lavinás (2013), políticas de transferência de renda possuem capacidade de reduzir privações econômicas no curto prazo, contribuindo para melhorar as condições mínimas de subsistência das famílias

Além disso, Silva e Yasbek (2017) destacam que programas dessa natureza atuam como mecanismos de proteção social, garantindo uma renda mínima para populações em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, mesmo valores relativamente modestos podem desempenhar papel importante na redução de inseguranças econômicas, especialmente quando direcionados a famílias com baixa renda e elevado número de dependentes.

Em relação à suficiência do valor recebido, os resultados mostram que 45% dos beneficiários consideraram o recurso apenas parcialmente suficiente. Esse dado reforça uma das principais críticas presentes na literatura sobre políticas de transferência de renda: a limitação do impacto quando os valores não acompanham as mudanças no custo de vida. De acordo com Souza (2019), programas de transferência de renda são fundamentais para a proteção social, mas precisam estar articulados a outras políticas públicas, como qualificação profissional e inclusão produtiva, para produzir efeitos estruturais mais duradouros.

Outro aspecto relevante refere-se à percepção de mudanças na comunidade, identificada por 55% dos entrevistados. Esse resultado sugere que o programa não impactou apenas as famílias beneficiárias, mas também contribuiu para dinamizar a economia local. Conforme argumenta Sen (1999), políticas públicas voltadas à ampliação das capacidades individuais podem gerar efeitos coletivos positivos, fortalecendo o desenvolvimento social e econômico dos territórios.

No contexto de Parauapebas, esse efeito territorial torna-se ainda mais significativo, pois o programa direcionava o consumo para pequenos e médios estabelecimentos comerciais do município.



Segundo Singer (2002), iniciativas que estimulam a circulação de recursos no próprio território podem fortalecer economias locais, gerar dinamização do comércio e ampliar as oportunidades de inclusão social.

Além dos impactos econômicos, os resultados indicam que o benefício contribuiu para melhorar as condições de alimentação e auxiliar no pagamento de despesas básicas das famílias beneficiárias. Esse resultado está alinhado com estudos que apontam que programas de transferência de renda contribuem para a redução da insegurança alimentar e para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade (Mattei, 2019). Da mesma forma, Lavinias (2019) destaca que esse tipo de política possui impacto direto na capacidade das famílias de atender necessidades básicas, especialmente em contextos de pobreza e exclusão social.

Outro resultado relevante refere-se à avaliação geral do programa, na qual 85% dos participantes classificaram a iniciativa como “bom” ou “ótimo”. Esse resultado evidencia o reconhecimento social da política pública entre os beneficiários. Conforme argumenta Souza (2006), políticas públicas que respondem diretamente às necessidades da população tendem a gerar maior legitimidade social e maior reconhecimento por parte dos beneficiários.

Por fim, destaca-se que 90% dos entrevistados afirmaram que gostariam que o programa retornasse, evidenciando a importância do Gira Renda para o cotidiano das famílias atendidas. Esse resultado reforça que políticas de transferência de renda continuam sendo percebidas como instrumentos relevantes para enfrentar desigualdades sociais, especialmente em municípios marcados por forte dinamismo econômico, mas também por elevados níveis de desigualdade social, como é o caso de Parauapebas.

Assim, os resultados indicam que o Programa Gira Renda desempenhou papel relevante na redução de vulnerabilidades sociais e na ampliação do acesso a condições mínimas de sobrevivência. Contudo, também evidenciam a necessidade de integração com outras políticas públicas de inclusão produtiva e desenvolvimento territorial, de modo a ampliar seu potencial transformador.

4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Tabela 4 sintetiza as evidências empíricas observadas na pesquisa, indicando que o Programa Gira Renda produziu impactos relevantes tanto no âmbito social quanto na dinâmica econômica local.



Tabela 4 – Evidências empíricas dos impactos do Programa Gira Renda

Dimensão analisada	Evidências empíricas da pesquisa	Interpretação teórica
Perfil socioeconômico	Predominância de mulheres (75%) e renda familiar majoritariamente inferior a um salário mínimo.	A predominância feminina entre os beneficiários evidencia a feminização da pobreza e o papel das políticas de transferência de renda na ampliação da autonomia econômica feminina (Lavinias, 2019).
Melhoria da renda familiar	55% dos entrevistados relataram melhora na renda e 30% melhora parcial.	Programas de transferência de renda contribuem para reduzir vulnerabilidades econômicas imediatas e ampliar o consumo das famílias beneficiárias (Mattei, 2019).
Segurança alimentar	Beneficiários relataram utilização do benefício principalmente para alimentação.	A transferência de renda contribui para reduzir a insegurança alimentar e ampliar o acesso a bens essenciais (Silva; Yasbek; Giovanni, 2012).
Impactos na economia local	O benefício era utilizado em estabelecimentos comerciais do próprio município.	A ampliação do consumo das famílias pode gerar efeitos multiplicadores na economia local (Gerard; Naritomi; Silva, 2021).
Avaliação do programa	85% avaliaram o programa como bom ou ótimo e 90% desejam seu retorno.	A elevada aprovação social indica reconhecimento da importância da política pública para as famílias beneficiárias (Souza, 2006).
Limitações identificadas	Valor do benefício considerado baixo e ausência de ações complementares de inclusão produtiva.	Programas de transferência de renda apresentam maior impacto quando articulados a políticas de geração de renda e economia solidária (Singer, 2018; Moraes; Costa, 2021).

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa em 2025 e na literatura sobre políticas de transferência de renda e desenvolvimento territorial (2026)

A análise apresentada na Tabela 4 confirma o papel do programa na redução de vulnerabilidades sociais e na dinamização econômica local. Na Tabela 5 é apresentado um modelo analítico que sintetiza os mecanismos por meio dos quais políticas de transferência de renda podem contribuir para processos de desenvolvimento territorial.

Tabela 5 – Modelo analítico: transferência de renda e desenvolvimento territorial

Etapa do processo	Mecanismo da política	Resultados observados	Contribuição teórica
Transferência de renda	Benefício mensal destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social.	Melhoria na renda familiar e maior capacidade de consumo.	Instrumento de proteção social e redução da pobreza (Lavinias, 2019).
Circulação da renda no território	Utilização do benefício em estabelecimentos locais.	Fortalecimento do comércio local.	Efeitos multiplicadores na economia territorial (Gerard; Naritomi; Silva, 2021).
Dinamização econômica local	Ampliação da demanda por bens e serviços em pequenos negócios.	Aumento da movimentação econômica nas comunidades.	Fortalecimento das economias territoriais (Monteiro Neto; Colombo; Rocha Neto, 2020).
Integração com economia solidária	Potencial articulação com cooperativas, associações e iniciativas locais.	Estímulo à circulação local de recursos.	Economia solidária como estratégia de inclusão produtiva (Singer, 2018; Moraes; Costa, 2021).
Desenvolvimento territorial	Integração entre políticas sociais e economia local.	Redução de vulnerabilidades sociais e fortalecimento da economia local.	Desenvolvimento territorial como processo multidimensional (Dallabrida, 2020).

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2025) e na literatura.

A síntese apresentada na Tabela 5 permite compreender de forma integrada como políticas de transferência de renda podem produzir efeitos que ultrapassam a dimensão assistencial. No caso do Programa Gira Renda, a transferência direta de recursos às famílias beneficiárias contribuiu não apenas



para reduzir vulnerabilidades sociais imediatas, mas também para estimular a circulação de renda no território e fortalecer atividades econômicas locais.

Políticas sociais podem desempenhar papel relevante na dinamização de economias territoriais, especialmente quando associadas a mecanismos que incentivam o consumo em estabelecimentos locais. Assim, a experiência analisada em Parauapebas demonstra que programas municipais de transferência de renda podem contribuir para estratégias mais amplas de desenvolvimento territorial, particularmente quando articulados a iniciativas de inclusão produtiva e economia solidária.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos sociais e econômicos do Programa Gira Renda no município de Parauapebas (PA), buscando compreender de que maneira essa política pública contribuiu para processos de desenvolvimento territorial. A análise dos dados empíricos obtidos por meio de questionários aplicados aos beneficiários e de entrevista com uma ex-gestora do programa permitiu identificar resultados relevantes tanto no âmbito social quanto na dinâmica econômica local.

Os resultados indicam que o programa desempenhou papel importante na redução de vulnerabilidades sociais imediatas. A transferência de renda contribuiu para ampliar o acesso a bens essenciais e reduzir vulnerabilidades sociais entre as famílias beneficiárias. Esses achados reforçam evidências presentes na literatura sobre políticas de transferência de renda, que destacam sua importância como instrumentos de proteção social e redução da pobreza. Além dos efeitos sociais diretos, o estudo identificou impactos indiretos na economia local. A utilização do benefício em estabelecimentos comerciais cadastrados no município estimulou o consumo local e contribuiu para dinamizar pequenos negócios.

Entretanto, os resultados também evidenciam limitações importantes. O baixo valor do benefício e a ausência de políticas complementares de inclusão produtiva restringiram o potencial de transformação estrutural do programa. A literatura indica que esses programas apresentam maior impacto quando articulados a políticas de inclusão produtiva e economia solidária.

Dessa forma, conclui-se que o Programa Gira Renda contribuiu para reduzir vulnerabilidades sociais e estimular a economia local no município de Parauapebas. Contudo, seu potencial de promover transformações mais duradouras depende da integração com políticas públicas mais amplas de inclusão produtiva e desenvolvimento territorial. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise de programas municipais de transferência de renda em contextos amazônicos.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento regional no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

COSTA, Francisco de Assis; JESUS, Edna Castro de. Mineração e desenvolvimento na Amazônia: impactos socioeconômicos em municípios mineradores. Belém: NAEA/UFPA, 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento territorial: políticas públicas e governança territorial. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

GERARD, François; NARITOMI, Joana; SILVA, João M. Cash transfers and local economies. *Journal of Development Economics*, v. 152, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAVINAS, Lena. 21st century welfare. *New Left Review*, n. 84, 2019.

LAVINAS, Lena. Programas de transferência de renda e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

MATTEI, Lauro. Políticas de transferência de renda e segurança alimentar no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 2, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

MONTEIRO NETO, Aristides; COLOMBO, Luciana; ROCHA NETO, João Mendes. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2020.

MORAIS, Leandro; COSTA, Joana. Economia solidária e desenvolvimento territorial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita. Políticas sociais brasileiras: participação, controle social e gestão pública. São Paulo: Cortez, 2017.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e abordagens. Brasília: ENAP, 2019.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. A evolução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Brasília: IPEA, 2019.

